

Apagão público e risco a aposentados expõem fim de governo Bolsonaro

Atual gestão alterou teto de gastos cinco vezes e encerra mandato com situação dramática



O presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, em Brasília. Pedro Ladeira - 25.fev.2022/Folhapress

BRASÍLIA Mesmo depois de cinco alterações na principal regra fiscal do país para conseguir ampliar gastos durante sua gestão, o presidente Jair Bolsonaro (PL) chega ao fim do mandato diante de um apagão generalizado da máquina pública e sob o risco de falta de dinheiro para pagar aposentadorias.

Os problemas orçamentários, com impactos sobre o cotidiano da população, são o retrato de um desfecho dramático para o atual governo, que pode se ver obrigado a pegar carona na PEC (proposta de emenda à Constituição) do adversário — o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) — para furar mais uma vez o teto de gastos e conseguir pagar as contas.

Enquanto os sucessivos recordes na arrecadação proporcionam um celebrado superávit nas contas, o primeiro desde 2013, a necessidade de respeitar o limite de despesas obriga o governo a levar adiante um bloqueio de R\$ 15,4 bilhões sobre recursos de ministérios e verbas carimbadas por parlamentares por meio das emendas de relator.

Como resultado, quase todos os recursos previstos para dezembro evaporaram. Só há R\$ 2,4 bilhões para custear todos os gastos discricionários dos órgãos, o que inclui compra de materiais e pagamento de contratos. Áreas como Saúde, Educação, Meio Ambiente e Justiça estão estranguladas, e algumas atividades es-

tão sendo paralisadas.

Nem as despesas ditadas obrigatórias escaparam do aperto. O governo ainda não sabe como vai conseguir pagar integralmente a folha de dezembro do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), pois não tem autorização do Congresso para cortar de vez emendas de relator e remanejar recursos para aposentadorias. Os benefícios tiveram crescimento significativo em 2022 após força-tarefa para conter a fila.

Consulta enviada pela Casa Civil ao TCU (Tribunal de Contas da União) pode abrir caminho à possibilidade de editar uma MP (medida provisória) de crédito extraordinário, que autoriza gastos fora do teto. Outra opção é incluir na PEC da Transição de Lula um dispositivo que permita a Bolsonaro exceder os limites de despesas ao fim de 2022.

A aprovação de PECs para driblar o teto converteu-se, no governo Bolsonaro, em uma espécie de instrumento de gestão fiscal. Sempre que havia forte pressão por mais despesas, uma nova autorização especial era negociada com o Congresso — a mais recente partiu do chefe do Executivo e lhe garantiu um cheque de R\$ 41,2 bilhões para turbinar programas sociais às vésperas da eleição.

Em todo seu mandato, Bolsonaro gastou R\$ 794,9 bilhões fora do teto, segundo levantamento do economista Bráulio Borges, do Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Eco-

nomia da Fundação Getúlio Vargas), noticiado pela BBC News Brasil. O teto de gastos é uma regra constitucional que limita o crescimento das despesas à variação da inflação.

A qualidade das despesas extratete, porém, tem sido questionada por especialistas e órgãos de controle, que veem mau uso da verba pública em políticas desfocadas. Uma evidência disso é que a ampliação das despesas não foi suficiente para impedir o quadro de paralisa em uma série de órgãos.

Na Saúde, o governo determinou um novo bloqueio de R\$ 1,4 bilhão, elevando o total congelado para gastos a R\$ 3,8 bilhões.

Os primeiros bloqueios haviam atingido principalmente as emendas de relator, destinadas, em geral, para fundos de saúde de municípios escolhidos por parlamentares. A nova trava, porém, recaiu sobre programas estratégicos.

Um dos atingidos foi o Farmácia Popular, programa que entrega à população medicamentos para doenças crônicas de forma gratuita ou com descontos. Foram R\$ 194 milhões congelados.

Outros R\$ 224,6 milhões da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) foram bloqueados, comprometendo gastos para pesquisa e atendimentos, além da verba para a construção de fábricas de vacinas. Técnicos da Saúde temem que a medida dificulte ainda mais a execução de políticas públi-

cas até o fim do ano.

No MEC (Ministério da Educação), o apagão de 2022 demonstra a escalada no processo de esvaziamento orçamentário que marcou a atual gestão. A pasta tem R\$ 466 milhões disponíveis para empenhos (primeira fase do gasto, quando há a reserva da verba para alguma ação) em todo o mês de dezembro, valor considerado baixo para uma pasta desse porte. O bloqueio total soma R\$ 2,4 bilhões.

Na quinta (1º), o governo ainda congelou todos os limites de pagamento da pasta em dezembro, medida que alcança a rede federal de ensino superior. Antes do bloqueio de dezembro, as consequências da falta de orçamento já eram visíveis em praticamente todas as áreas da pasta.

Por falta de verba, houve atraso na contratação para produção e entrega de livros didáticos neste ano. Também houve cancelamento da entrega de obras voltadas para a recuperação de aprendizagem.

Equipes técnicas tiveram de reciclar questões do Enem (Exame Nacional do Ensino

R\$ 2,4 bilhões

é o valor disponível para custear todas as despesas discricionárias dos órgãos, o que inclui pagamento de contratos e compra de materiais. Áreas como Saúde, Educação e Meio Ambiente estão estranguladas

var ao cancelamento de despesas já contratadas.

O presidente do Ibama, Eduardo Bim, que é aliado de Bolsonaro, alertou que a medida pode causar a "paralisação total" das atividades. Segundo ele, não haverá dinheiro para pagar contas de água, luz, vigilância e segurança, transporte de servidores, transporte de bens, gratificações, sistemas informatizados, trabalhos de ouvidoria, auditoria e correção, serviços de telefonia e terceirizados.

Bim diz que o Ibama não terá condições de cumprir decisões judiciais por "total insuficiência de recursos", precisará cancelar viagens e pode passar toda a operação para trabalho remoto — o que tende a inviabilizar ações de fiscalização num governo que já tem recordes históricos de queimadas e desmatamento, além do avanço do garimpo ilegal da extração de madeira.

No Ministério da Justiça, a falta de verbas para a emissão de passaportes levou a PF (Polícia Federal) a suspender a confecção de novos passaportes no dia 19 de novembro. As atividades foram retomadas parcialmente após liberação de R\$ 37,4 milhões — metade da verba solicitada.

A situação levou o grupo técnico da transição a pedir um reforço de R\$ 200 milhões ainda este ano para pagar despesas, inclusive diárias de agentes da PF e da PRF (Polícia Rodoviária Federal). Há temor de que a falta de dinheiro comprometa a organização da cerimônia de posse de Lula.

A equipe de transição estuda alternativas, como a mobilização de policiais federais que estão concluindo o curso de formação na academia da corporação em Brasília, ou adiar o pagamento dos agentes que atuam em posse para 2023.

A PRF, por sua vez, informou às superintendências regionais de recursos federais para manutenção não essenciais em viaturas não podem ser realizadas sem uma aprovação prévia por falta de recursos.

A medida acontece por falta de verba, sendo que as tratativas da corporação com os ministérios da Justiça e da Economia ainda estão em curso para viabilizar a complementação orçamentária. O orçamento atual para manutenção da frota é de R\$ 31 milhões, sendo que já foram executados R\$ 38,9 milhões.

Procurado, o Ministério da Economia afirmou que o governo entregará em 2022 "números fiscais robustos", mas que a situação orçamentária e financeira deste fim de ano é "desafiadora". Um dos fatores de pressão é a despesa acima do esperado com benefícios previdenciários.

A pasta informou que estão assegurados pagamentos de todas as despesas obrigatórias, como aposentadorias, pensões e outros benefícios do INSS, benefícios assistenciais, Auxílio Brasil, seguro-desemprego e a folha dos servidores públicos.

Idiana Tomazelli, João Gabriel, Mateus Vargas, Paulo Saldaña e Raquel Lopes

